

COVID 19 - TRIBUTÁRIO

Medidas na área tributária

As medidas restritivas de circulação trazem consequências para economia. Diversas obrigações, como fornecedores, empregados, e Fisco, preocupam os Contribuintes que solicitam medidas de auxílio do Governo.

PORTARIA ME N° 103/2020, DE 17/03/2020 – ATOS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Suspensão, por 90 dias, dos prazos para contribuintes apresentarem defesas administrativas, encaminhamento de certidões de dívida ativa para protesto, instauração de novos procedimento de cobrança e responsabilização, rescisão de parcelamentos decorrentes de inadimplência.

O ato normativo prevê a possibilidade da transação extraordinária referente a débitos inscritos em dívida ativa da União regulamentada na portaria 7.820/2020

PORTARIA ME/PGFN N° 7.820/2020, DE 18/03/2020 – REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE TRANSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA:

Adesão a proposta por meio da plataforma **Regularize**. Entrada de 1% sobre o valor da dívida, dividido em 3 parcelas mensais e consecutivas. Saldo em 81 parcelas, 97 na hipótese de pessoa natural, empresário individual, ME e EPP. Contribuições previdenciárias parcelamento em 57 meses. Desistência de discussões em curso. Manutenção das garantias. Inscrições parceladas prescindem de desistência do parcelamento e entrada de 2%. **Até 25/03/2020**

RESOLUÇÃO CGSN N° 152, DE 18/03/2020 – DIFERIMENTO DOS TRIBUTOS FEDERAIS PARA OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

Vencimento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional dos meses de apuração março, abril e maio de 2020 foram prorrogados por 6 meses.

MP DO CONTRIBUINTE LEGAL

Pendente de apreciação pelo Senado, a MP incentiva à renegociação de débitos tributários com a União, regras estimulam a Fazenda e os contribuintes para negociações de acordos.

REDUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO SISTEMA S

Redução em até 50% destas contribuições ao Sistema S pelos próximos 3 meses. (pendente de Lei ou MP)

MEDIDA PROVISÓRIA N° 927, DE 22/03/2020

Postergou a validade das certidões negativas de débito expedidas pela RFB e PGFN para 180 dias, prorrogável, em caso de calamidade pública, por prazo a ser determinado. Pagamento do FGTS diferido por 3 meses.

O QUE ESPERAR DO GOVERNO?

Avançamos bastante, mas ainda é pouco, os contribuintes esperam por mais medidas do Governo. O instituto da moratória, utilizado nos Estados Unidos e Itália para postergar o pagamento de tributos, é visto com bons olhos pelas empresas para reduzir o risco do desemprego que pode assolar o país. A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e posterga o pagamento de tributos nos termos e prazos definidos em Lei. Até então nenhuma medida nesse sentido foi instituída.

Caso a empresa não consiga pagar tributos, recomendamos avaliar as situações com cautela e orientação de profissionais, alguns tributos geram responsabilidade penal, como o ICMS declarado e não pago.